

EXPECTATIVAS E VIVÊNCIAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO EM SERGIPE

DOMINGUES, Petrônio (org.). *Do cativo à cidadania: o pós-abolição em Sergipe*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2022. 333 p.

O peso social da herança escravista no Brasil fez com que nossa historiografia fosse profícua nos estudos da escravidão, das relações raciais e do processo emancipacionista. O campo da história do negro nas últimas décadas vem sendo aprofundado e debatido a partir de novos olhares e novas metodologias, com a busca da experiência histórica de sujeitos oriundos das classes populares, cara à historiografia marxista inglesa, e pelo uso do método da ligação nominativa, fundamental aos estudos da micro-história italiana. Essa metodologia permitiu acompanhar a história de sujeitos anônimos, ou distantes do topo da pirâmide social, em sua relação com processos históricos mais amplos, como é o caso do abolicionismo, tendo como resultado biografias de afrodescendentes

ou estudos das experiências de comunidades inteiras frente às transformações sociais.

As pesquisas sobre o pós-abolição têm um lugar destacado nessa renovação historiográfica. Um importante deslocamento de perspectiva foi realizado em relação às duas ondas de pensamento anteriores, uma que buscava explicar o lugar do negro na economia brasileira no pós-abolição e outra que estudou os projetos das elites brasileiras em relação à mão de obra disponível (fosse ela imigrante ou nacional). Os novos estudos passaram a buscar os projetos, expectativas e vivências dos negros no pós-abolição sem, contudo, deixar de lado a análise dos obstáculos à execução desses projetos. As pesquisas com interesse na ocupação da terra, no mundo do trabalho, em

movimentos migratórios, nas relações raciais, no acesso à cidadania e biografias de afrodescendentes têm se destacado na produção bibliográfica.

Nessa seara se insere a publicação *Do cativo à cidadania*, coletânea com nove capítulos organizada pelo historiador Petrônio Domingues, na qual ele contribuiu com a apresentação e dois capítulos (o primeiro deles, de autoria coletiva). O organizador-autor – que possui vasta experiência de pesquisa e uma fecunda produção sobre o pós-abolição no contexto paulista, com destaque para os estudos que enfocaram o protagonismo negro nos movimentos sociais –, dessa vez nos brinda com os resultados do Grupo de Pesquisa Pós-Abolição no Mundo Atlântico (coordenado por ele), vinculado à Universidade Federal de Sergipe.

Na apresentação, Petrônio lança uma questão simples, que norteia os trabalhos: “o que ocorreu com antigos escravizados e seus descendentes em Sergipe depois da promulgação da Lei Áurea?”. Para respondê-la os autores analisam aspectos centrais da vida da população negra sergipana, das relações raciais, da construção de memórias e da prática educacional. O tempo histórico

é bastante amplo, pois parte do entendimento do pós-abolição como o período compreendido entre a abolição da escravidão e o tempo presente, o que significa a possibilidade de repensar toda a história do Brasil republicano através de uma perspectiva afrocêntrica. Devo ressaltar que essa leitura não é consensual entre historiadores do pós-abolição.

Abre a coletânea o capítulo “O cativo se acabou: experiências de libertos em Sergipe no pós-Abolição”, de Petrônio Domingues, Cláudia Nunes e Edvaldo Souza, sobre o imediato pós-abolição em Sergipe. Analisando os processos criminais como via de acesso à comunidade negra, os autores retrataram os universos de trabalho, moradia, sociabilidade e lazer, apontando caminhos temáticos e metodológicos para novos estudos. A mesma temporalidade é abordada de uma outra forma por Camila Avelino, no segundo capítulo, “Trabalhadores do vale: migração negra e experiências de trabalho em Sergipe no pós-Abolição”, enfocando de que forma o racismo impactou as oportunidades de trabalho e os movimentos migratórios da população negra sergipana no vale do Cotiguiaba.

Com foco nas primeiras décadas do século XX, o terceiro capítulo, “Crimes sexuais contra mulheres negras em comarcas sergipanas”, de Selma Santos, investiga os casos de defloramento de afrodescendentes na documentação judicial de Aracaju, Laranjeiras e Maruim. Enquanto no quarto capítulo, “O trem suburbano: tragédia ferroviária, debate judicial e racismo em Sergipe”, Luiz Paulo Bezerra discute um acidente, ocorrido em 1946, que tornou réu o maquinista negro João Claro dos Santos. O processo contra este é usado para compreender as teorias raciais do período, ou melhor, o autor debate como essas teorias foram usadas para incriminá-lo.

Formas diversas de combate ao racismo no século XX são enfocadas nos capítulos quinto e oitavo. Ivoneide Santos, em “Advento candomblecista: perseguição, resistência e visibilidade nos cultos afro em Aracaju”, busca entender a origem e expansão do candomblé em Sergipe, destacando a importância de José d’Obakossô e a fundação de seu terreiro em Aracaju, em 1951, como exemplo de enfrentamento à perseguição religiosa. O uso do cabelo crespo como símbolo de

enfrentamento ao racismo na contemporaneidade é analisado por Denise Santos em “O cabelo crespo é identidade, é resistência!”, a partir de reportagens na grande imprensa e de entrevistas com mulheres negras.

O pioneirismo dos estudos acerca da história e cultura afro-brasileiras dentro do campo educacional sergipano é o tema do sexto capítulo, “Movimentos negros em Sergipe: antecedentes da Lei n. 10.639/10”, no qual Denise Bispo destaca as experiências e projetos educacionais locais que antecederam e contribuíram para a gestação dessa lei.

O capítulo sétimo, “Antonina Gomes: de neta de escravizados à cidadania negra”, é um belo exemplo de estudo de trajetórias. Edwin Gomes reconstitui a trajetória de uma família negra, formada na cidade de Divina Pastora na segunda metade do século XIX. A família, sob a liderança de Antonina Gomes, migrou para Aracaju no pós-abolição em busca de melhores condições de vida. Na capital, ela fundou uma vila de casas com seu nome, onde abrigou familiares e amigos, também migrantes. O autor reconstrói essa trajetória através de entrevistas com familiares, documentos

de batismo, casamento e óbito, além de fotografias.

Fechando a coletânea, Petrônio Domingues, em “João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro”, analisa como esse líder quilombola emerge e se consolida como herói negro sergipano, localmente equiparado a Zumbi. O autor refaz o percurso em obras historiográficas que citam João Mulungu, publicadas entre 1972 e 2015, comparando com a proposta dele como herói pelo movimento negro sergipano. Ao focar o embate entre história e memória, o autor une nesse artigo dois temas que maneja bem, os estudos historiográficos sobre o negro e os estudos dos movimentos negros.

Deixo uma observação sobre o tema deste capítulo: revelei há algum

tempo a existência de um quilombola chamado Saturnino que já atuava em 1866, dois anos antes da primeira fuga de Mulungu, e que chefiou a tomada do engenho Itaperoa por cerca de cem negros, quinze dias antes da abolição, enquanto Mulungu fora preso em 1876.¹ Nesse caso, qual o motivo da preferência por Mulungu como herói negro?

Os estudos reunidos nessa coletânea são uma amostra da diversidade de temas, fontes e metodologias de que o historiador pode se valer para os estudos do pós-abolição. Importante, ademais, tratar-se de pesquisas competentes relativas a um espaço geográfico pouco estudado pela historiografia nacional. O que mais dizer? Vida longa e produtiva ao Grupo de Pesquisa Pós-Abolição no Mundo Atlântico!

Sharyse Amaral  

Universidade do Estado da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i67.55000

1 Sharyse Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe*, Salvador: Edufba; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012, p. 156 e 193.